



Universidade: presente!



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

(Des)Mercantilização em comunidades periféricas: um estudo do protagonismo feminino nas práticas de desenvolvimento comunitário

Nicole de Souza Wojcichoski

Bolsista de Iniciação Científica PROBIC FAPERGS UFRGS - Orientador: Prof. Dr. Daniel da Silva Lacerda - E-mail: nicolesouzaw@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir do contato com organizações da sociedade civil em duas comunidades de Porto Alegre, devido à aproximação do Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa da UFRGS com estes locais através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento Cascata e Justa Troca. Entendendo estas iniciativas como alternativas de desmercantilização – redução da influência do mercado formal na vida das pessoas (VAIL, 2010) – assim como as consequências da crescente mercantilização de itens não produzidos para tal, foi possível observar que grande parte destas iniciativas são protagonizadas por mulheres, o que expressa uma importante contradição capitalista.

REFERENCIAL TEÓRICO

A intensificação das trocas de livre mercado no Século XIX ampliou a mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, itens não produzidos originalmente para a venda (POLANYI, 1944). As mulheres enxergaram neste movimento uma oportunidade de emancipação das relações tradicionais de dominação patriarcal, passando a desempenhar funções que iam além da reprodução social (FRASER, 2012). O que a teoria econômica neoliberal não discute em face desta mudança nas relações de trabalho é a gênese da desigualdade de gênero: o plano doméstico, no qual apenas as mulheres continuam sendo as responsáveis pela reprodução social (CYFER, 2009). A alternativa que sociedades capitalistas criam para suprir a ausência destas mulheres - que passam a vender sua força de trabalho no mercado - na realização de trabalhos não remunerados essenciais à reprodução social é a mercantilização do trabalho de outras mulheres, trazendo-as, por exemplo, de países mais pobres para os mais ricos (ou de periferias para os centros urbanos); isto é, as atividades não mercantis essenciais à manutenção do mercado agora estão sendo também mercantilizadas, o que amplia gradativamente a mercantilização do trabalho essencial à continuidade da vida humana (FRASER, 2012).

RESULTADOS

As consequências da crescente participação feminina no mercado formal – sem que haja uma valorização das atividades de reprodução social – são observadas nas falas das mulheres entrevistadas. A necessidade de escolherem suas atividades profissionais e conciliá-las com o cuidado familiar é notada em praticamente todas as entrevistas. As características citadas mais comuns são:

- Busca por trabalhos flexíveis e/ou próximos de casa;
- Priorização da carreira do companheiro em relação à sua;
- Falta de aceitação dos homens para desempenharem tarefas domésticas ou de cuidado com os filhos;
- Necessidade de creches ou cuidadores;
- Comprometimento dos homens apenas com a economia formal;
- Preocupação com a comunidade por ser este o espaço de crescimento dos filhos.

OBJETIVOS

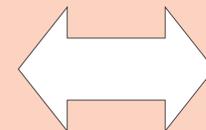
- Identificar a maneira com que as organizações da sociedade civil colaboram mutuamente para a desmercantilização e mercantilização das relações sociais;
- Compreender o que leva as mulheres a assumirem o protagonismo de ações de resistência à mercantilização.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica



Análise qualitativa de entrevistas e dados coletados previamente



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de apoios institucionais externos levou mulheres moradoras do território a práticas de auto-organização que possibilitassem a combinação do trabalho remunerado com a criação dos filhos. A resistência dos homens a se responsabilizarem pelas atividades reprodutivas e de desenvolvimento comunitário faz com que as mulheres sejam responsáveis por essas atividades concomitantemente à necessidade de ter alguma fonte de renda, o que acaba direcionando-as para trabalhos flexíveis. Conforme apontado na literatura, a inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado não reduz a desigualdade de gênero no âmbito doméstico – que constitui o centro do problema. Pelo contrário, à medida que os níveis de educação e renda decrescem, mais consistente esta desigualdade se mostra.